



Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Cultura, Comunicação
Juventude e Desporto

Assunto: Requerimento para audição, com caráter de urgência, da Associação Portuguesa de Imprensa e do Ministro da Presidência sobre a distribuição de imprensa em todo o território nacional e os modelos de apoio à comunicação social

Não é possível falar de coesão territorial e de preservação da democracia sem a garantia da distribuição regular de jornais e revistas em todo o território nacional, sobretudo nas zonas de baixa densidade populacional.

O setor do jornalismo enfrenta atualmente, em Portugal e em toda a Europa, uma grave crise a que importa dar resposta. As fragilidades do setor estão bem documentadas em pesquisas que demonstram os problemas decorrentes da falência do modelo económico, da concentração da propriedade, da falta de pluralismo, do acesso a canais alternativos de veiculação de conteúdos, do crescente poder das fontes e dos movimentos de desinformação. Com efeito, a proliferação das empresas de comunicação social bem como a aglomeração de muitos órgãos jornalísticos em poucas empresas de media, em Portugal, contrasta com o monopólio da VASP na distribuição de jornais e revistas pelo território nacional.

Esta concentração na distribuição de títulos provoca, necessariamente, grandes constrangimentos, e acarreta um enorme risco para a saúde da democracia e para o pluralismo. O recente alerta para o risco da quebra na distribuição física de publicações periódicas em grande parte do território nacional, resultado do agravamento dos custos e da perda constante de receita, levantou relevantes preocupações para o jornalismo que comprometem a coesão territorial. E quanto a isto importa, tanto a empresa distribuidora, como a tutela governativa, dar esclarecimentos cabais.

Para além disso, no XXIII Governo Constitucional o Ministério dos Assuntos Parlamentares divulgou um conjunto de 30 medidas para apoiar o setor da comunicação social e do jornalismo a enfrentar desafios significativos que estão a afetar a sustentabilidade das empresas e dos trabalhadores, pondo em risco o “pluralismo, a liberdade de informar e a liberdade de expressão, pilares fundamentais da Democracia”.

Entre as 30 medidas, encontra-se a revisão da legislação do setor e a sua integração num futuro Código da Comunicação Social. Apesar de se prever a sua submissão até ao final do primeiro semestre que agora finda, até ao momento nenhuma entidade do setor foi ouvida ou pode contribuir para a sua execução, pelo que se afigura pertinente questionar acerca da sua execução e implementação.

Para além desta medida, o plano de ação previa também um incentivo à contratação de jornalistas e retenção de talento, bem como a implementação da oferta de assinaturas digitais de órgãos de comunicação social a alunos do Ensino Secundário e a oferta de assinaturas digitais bonificadas em 50% para órgãos de comunicação social. Para finalizar, o Ministério dos Assuntos Parlamentares do Governo transato anunciou a criação de um novo modelo de governação da LUSA, que inclui um Conselho de Supervisão de composição multisetorial da área dos media.

Sobre isto, o Grupo Parlamentar do LIVRE tem feito continuamente perguntas, tanto escritas como em sede de comissão, que não têm sido, até ao momento, cabalmente respondidas.

Assim, dada a relevância do assunto em apreço, o Grupo Parlamentar do LIVRE considera de extrema relevância ouvir, com urgência, a Associação Portuguesa de Imprensa e o Ministro da Presidência sobre a distribuição de jornais e revistas por todo o território, os modelos de apoio à comunicação social e o futuro e a sustentabilidade da comunicação social.

Assembleia da República, 10 de dezembro de 2025

As Deputadas e os Deputados do LIVRE

Isabel Mendes Lopes

Filipa Pinto

Jorge Pinto

Patrícia Gonçalves

Paulo Muacho

Rui Tavares